

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE SUPERVISÃO DAS AEC

Fátima Lemos
EB1 de Montezelo
lemosoares@gmail.com

Flávia Rocha
EB1 de Montezelo
flavrox@gmail.com

Maria João Almeida
E.B1 da Bela Vista 2
mjmmalmeida@gmail.com

Resumo

O projecto que nos propusemos desenvolver pretendeu reflectir sobre a pertinência do dispositivo de Supervisão das Actividades de Enriquecimento Curricular praticado num Agrupamento de Escolas situado em Gondomar, através da análise reflexiva da articulação vertical e horizontal efectuada no mesmo, bem como, apresentar sugestões de melhoria, se possível, na perspectiva do professor.

A necessidade de reflectir sobre um modelo de supervisão no Agrupamento realizou-se por um lado, com o intuito de aplicar a legislação em vigor e, por outro, em nossa opinião e mais importante, a construção de uma autonomia profissional baseada na reflexão colaborativa entre os intervenientes directos no processo educativo.

Uma das questões prendeu-se com o facto de como desenvolver nos vários professores titulares uma supervisão reflexiva, perante orientações estipuladas nos documentos normativos, e em que já há uma definição clara de actividades supervisivas a realizar. A nossa preocupação foi como construir um quadro conceptual sobre supervisão com linhas orientadoras sequenciais e sólidas, que viessem ao encontro das preocupações do grupo em desenvolver uma visão reflexiva da educação. A partir do quadro conceptual procurámos desenvolver estratégias de supervisão das actividades que se revelassem adequadas e exequíveis após análise dos dados.

Introdução

A literatura sobre supervisão apresenta uma diversidade de propostas teóricas e metodológicas que segundo Vieira (2006:15) “ supõem, de um modo ou de outro, uma direcção comum – o *desenvolvimento da reflexividade profissional dos professores para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos*”.

Alarcão e Tavares (1987:18) definem o processo de supervisão como “o processo em que um professor, em princípio, mais experiente e mais informado, orienta um outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional”. Por seu lado, Vieira (1993:24) define-o como “ uma actuação de monitoração sistemática da prática pedagógica, sobretudo através de procedimentos de reflexão e de experimentação” e apresenta uma concepção de supervisão que acentua a natureza regulatória e auto-regulatória do processo supervisivo.

Numa atitude de prática reflexiva, surge como imprescindível a figura do supervisor como alguém experiente, com capacidade de estimular e apoiar, de cooperar. Alguém que orienta, promovendo a observação e o contacto com situações que exigem um esforço de compreensão no sentido de, desta forma, exercitar o aprender a agir em acção, depois de uma interpretação sustentada por um conhecimento que resulta da interacção entre o pensamento e acção.

Este cenário acaba por implicar um processo formativo em que se combina acção, experimentação, reflexão e avaliação sobre a acção.

Sá-Chaves (2000:124) define que “o supervisor não é considerado apenas, e como seria previsível, como aquele que supervisiona (ou seja, dirige, orienta e/ou inspecciona a partir de uma posição superior), mas também como aquele que aconselha”.

Alarcão & Tavares (2003) e Vieira (2006), consideram o supervisor como aquele que deve saber ouvir, observar, interrogar, dar uma resposta adequada, integrar outras perspectivas, clarificar, cooperar, estabelecendo uma relação positiva com os professores. O tipo e relação será determinado também pelo tipo de professor, conforme ele necessite, em determinados momentos do processo, de um apoio mais directivo ou mais colaborativo.

Nestas autoras destaca-se os conceitos de processo, reflexão e experimentação intimamente ligados à concepção de professor como um investigador que questiona, fundamenta e desenvolve a sua prática e não apenas como um mero reprodutor de teorias.

Blanco e Pacheco (1990) apontam alguns pressupostos teóricos que influenciam os modelos existentes de supervisão:

- 1 - O professor é um prático racional que, actuando num contexto que se caracteriza pela previsibilidade, simultaneidade e complexidade, o obriga à aquisição de destrezas profissionais de forma que, ao diagnosticar situações, consiga adequar as decisões a cada caso;
- 2 - O professor é um prático reflexivo, cuja formação se adquire a partir de uma constante reflexão e avaliação crítica sobre o trabalho que desenvolve. Este professor assumirá, assim, uma atitude investigadora e crítica face à sua própria actividade prática;
- 3 - O professor tem uma formação profissional. Esta formação dar-lhe-á uma preparação para a complexidade das tarefas e responsabilidades.

O objectivo da supervisão deve ser o de estimular uma perspectiva crítico-reflexiva deste processo, permitindo a construção de um pensamento autónomo e de dinâmicas de auto-formação participada.

Através do esquema seguinte poder-se-á extrair as ideias centrais do conceito de Supervisão num modelo reflexivo defendido por Vieira (2006).

Supervisão

Teoria e prática de regulação de processos de ensino e aprendizagem

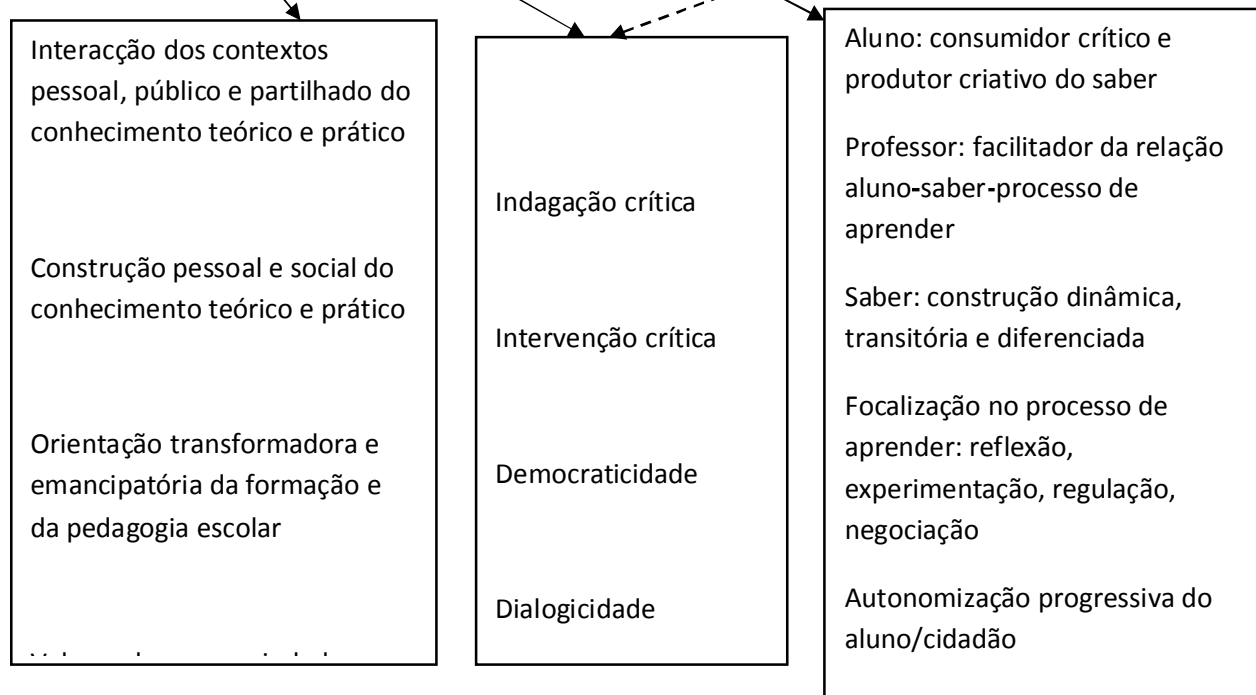


Fig.1 – Supervisão Pedagógica: uma visão transformadora (Vieira et al, 2006:10)

Os modelos promotores do desenvolvimento da capacidade reflexiva baseiam-se num tipo de formação em espiral contínua, que se desenvolve durante todo o processo e deve continuar ao longo do desempenho profissional.

Vieira (2006: 31) propõe alguns “princípios reguladores das práticas supervisivas:

- Articulação da prática reflexiva e pedagogia para a autonomia, com reflexos na definição das finalidades, conteúdos e tarefas de supervisão.
- Indagação de teorias, práticas e contextos como condição de criticidade, necessária a que o professor se torne consumidor crítico e produtor criativo do seu saber profissional.
- Desenho, realização e avaliação de planos de intervenção onde o professor desafie os limites da sua liberdade e explore campos de possibilidade no ensino e na aprendizagem, por referência a uma visão transformadora da educação escolar.
- Criação de espaços de decisão do professor e de condições para que este assuma papéis potencialmente emancipatórios, por referência a critérios como a reflexividade, a (inter)subjectividade, a negociação e a regulação.

- Promoção da comunicação dialógica, através do cruzamento de experiências, interesses, expectativas, necessidades e linguagens, num processo interactivo que se caracteriza por um elevado grau de contingência, simetria e democraticidade, facilitador da construção social do saber.
- Avaliação participada dos processos e resultados do desenvolvimento profissional e da acção pedagógica, mediante critérios de qualidade definidos à luz de uma visão transformadora da educação.”

Na mesma obra (2006:17-23) apresenta numa perspectiva dinâmica e processual uma série de considerações para fomentar as condições necessárias à qualidade da formação reflexiva de professores no âmbito da supervisão. Neste quadro sustenta e considera pertinente o conhecimento dos pressupostos e finalidades de uma formação reflexiva. Ao enunciar as condições necessárias às categorias que definiu (pressupostos, finalidades, tarefas, conteúdo, papéis e discurso) propõe critérios de qualidade, para as últimas quatro, que podem constituir um ponto de partida para a planificação, regulação e avaliação das práticas no contexto de supervisão.

Fizemos um levantamento desses critérios no nosso trabalho que são os seguintes:

Tarefas	Transparência Integração T-P Consistência Organização
Conteúdo	Relevância Progressão
Papéis	Reflexividade (Inter)subjectividade Negociação Regulação
Discurso	Comunicação

Ao corroborarmos com esta concepção também somos adeptas da visão que Alarcão (2002) apresenta sobre o conceito de “escola como organismo vivo, em desenvolvimento e aprendizagem, norteadada pela finalidade de educar...” e que designa de escola reflexiva.

Nesta linha conceptual a mesma autora define como o objecto de supervisão “o desenvolvimento qualitativo da instituição escolar e dos que nela realizam o seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa por intermédio de aprendizagens individuais e colectivas, incluindo a formação dos novos agentes” (Alarcão:2002)

Em síntese poderemos acentuar que o processo de supervisão no modelo reflexivo permite um desenvolvimento sistemático e constante de toda a comunidade educativa.

Assim, e embora o conceito de supervisão ainda esteja muito ligado à orientação da prática em contexto de estágio, a actividade de supervisão alarga-se a outros contextos, nomeadamente na formação contínua e no apoio ao desenvolvimento profissional do professor no seu contexto de trabalho.

Construção de um modelo de supervisão das AEC

O Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, que já se popularizou sob a designação de AEC, foi criado pelo Despacho da Ministra da Educação n.º 12.591, de 16 de Junho de 2006 e surge na sequência da experiência obtida no ano lectivo de 2005/2006 com o Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos de escolaridade. Este Programa insere-se na prioridade dada pelo Governo à melhoria das condições de ensino e aprendizagem no 1.º ciclo do ensino básico e veio consolidar o conceito de escola a tempo inteiro.

As AEC pretendem cumprir o duplo objectivo de garantir, no espaço da escola a todos os alunos de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo e a concretização da prioridade enunciada pelo Governo, de promover a articulação entre o funcionamento da escola e o fornecimento de respostas úteis no domínio do apoio às famílias.

O esforço exigido às escolas e aos seus profissionais, às autarquias e aos restantes parceiros na promoção da AEC cresceu, tornando-se mais complexo e exigente. Por essa razão, o acompanhamento das AEC viu o seu papel reforçado através da responsabilidade pela supervisão pedagógica das mesmas, colocada na escola, prevendo, em toda a sua extensão, a interligação da implementação destas actividades com o Projecto Educativo do Agrupamento, com os professores titulares de turma ao nível da planificação e desenvolvimento das actividades.

Este acompanhamento/supervisão é consubstanciado através de: programação e acompanhamento das Actividades, avaliação das suas realizações, realização das actividades de Apoio ao Estudo, observação das AEC nos termos a definir no Regulamento Interno e reunião com os Encarregados de Educação.

No entanto, não existindo na literatura da especialidade directrizes específicas em contexto de Supervisão das AEC, nomeadamente na forma e na consecução das mesmas, adquire importância a construção de um referencial de supervisão que permita explicitar e objectivar as opções mais relevantes deste processo.

Assim, partindo dos princípios subjacentes do modelo reflexivo e adoptando os critérios desenvolvidos por Vieira, é possível apresentar um quadro de referência para a avaliação da qualidade de supervisão das AEC.

PRESSUPOSTOS	A formação constitui um processo dinâmico, evolutivo e permanente	
	A prática é geradora de teoria	
	O bom profissional é um prático reflexivo	
	Um profissional autónomo forma sujeitos autónomos	
Referentes	Finalidades	Crítérios
Programação das actividades	Um saber disciplinar Um saber didáctico Um saber criativo	Transparência Integração T/P Consistência Organização
Acompanhamento das AEC através de reuniões	Uma capacidade de auto-regulação Uma capacidade de comunicação e negociação Um saber disciplinar Uma postura crítica face aos contextos	Regulação Negociação Integração teoria/prática Reflexividade
Avaliação das actividades realizadas	Reflexão técnica e prática Comprometimento Negociação de decisões	Reflexividade (inter)subjectividade Negociação
Observação de aulas de Enriquecimento Curricular	Uma capacidade de acção educativa Uma capacidade de auto-regulação Adequação dos recursos, do espaço e do tempo Experimentação	Relevância Integração teoria/prática Consistência Organização

Este quadro de referência irá ser adoptado na análise do dispositivo educativo supervisão das AEC (anexo1) .

Objectivos

- Procurar conhecer o conceito de supervisão nos professores titulares de turma e dos professores das AEC em duas Escolas Básicas de um agrupamento de escolas do concelho de Gondomar
- Avaliar o dispositivo educativo em curso à luz do referencial de supervisão construído;
- Detectar a necessidade de melhoria no referido dispositivo.

Método

Para a recolha de dados foram utilizados dois métodos: a entrevista e o questionário.

Para o efeito da investigação constituiu-se uma amostra intencional com as seguintes características: 20 professores titulares de turma, 15 professores das AEC e 4 coordenadores/representantes dos grupos disciplinares. Para os professores foram aplicados questionários enquanto os coordenadores/representantes foram entrevistados.

A escolha dos inquiridos recaiu sobre as duas escolas do Agrupamento com o maior número de alunos, professores titulares de turma e professores das AEC.

No que concerne à entrevista teve como objectivo obter dados para caracterizar a articulação *vertical* entre os professores das AEC e os departamentos curriculares que integram, nomeadamente, a nível dos grupos disciplinares de Inglês, de Educação Musical, de Educação Física e Dramática nos 2.º e 3.º ciclos, sendo nosso propósito averiguar o modo como realizam a mesma. Desta forma, a entrevista foi conduzida tendo como referência os pontos mencionados no “Relatório Intercalar de Acompanhamento das Actividades de Enriquecimento Curricular” (Dezembro, 2006: 33).

Nestas entrevistas pretendeu-se obter informações sobre as práticas de supervisão implementadas pelo coordenador/representante, em articulação com os professores; ainda conhecer a sua opinião sobre o dispositivo implementado no Agrupamento, tendo em conta os problemas de comunicação e relação supervisiva.

Foi elaborado um guião de entrevista, a qual foi conduzida de forma semi-directiva, funcionando as perguntas como tópicos para as explicações dos coordenadores/representantes.

O questionário destinou-se à recolha de dados sobre a articulação das actividades de enriquecimento curricular com as actividades curriculares de carácter obrigatório. Para o efeito,

foram elaborados dois questionários, um destinado aos professores das AEC e outro aos professores titulares de turma. No sentido de uma linha orientadora coerente, os itens utilizados no questionário tiveram como referência os pontos mencionados no “Relatório Intercalar de Acompanhamento das Actividades de Enriquecimento Curricular” (Dezembro, 2006:33)

Resultados

- 1 – Dos 33 inquiridos, 26 são do sexo feminino e 7 do sexo masculino.
- 2 - A nível de tempo de serviço verificou-se que a maioria da população entre os 0 e os 10 anos são representados pelos professores que leccionam as AEC, enquanto os professores titulares de turma encontram-se representados entre os 11 e 20 anos de serviço.
- 3 – A maioria dos inquiridos detém uma licenciatura, havendo a salientar 3 mestrados e 3 bacharelatos.
- 4 – Ao procurar conhecer o conceito de supervisão nos professores inquiridos deparamo-nos com uma grande diversidade de expressões. Salienta-se que em todos é manifestado o acto de partilha, orientação e trabalho em conjunto. No entanto, é de referir que só três dos inquiridos mencionam a reflexividade como uma condição para o desenvolvimento profissional e melhoria das práticas.
- 5 – Nos inquéritos realizados constata-se que as orientações para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular constam dos documentos oficiais do Agrupamento.
- 6 – Em relação à articulação vertical, e de acordo com o quadro abaixo apresentado, detecta-se que os três grupos são concordantes em relação à partilha de informações sobre os alunos. Contudo, relativamente aos outros aspectos não apresentam concordância; nomeadamente em relação à construção de materiais e instrumentos de avaliação, a articulação é praticamente inexistente.

Um dos objectivos deste estudo foi o de procurar conhecer o conceito de supervisão na população inquirida o que nos leva a enfatizar, de acordo com a interpretação dos dados já efectuada, que a atitude colaborativa já existe entre os vários professores.

Em segundo lugar, há a considerar a heterogeneidade da supervisão das AEC, no grupo inquirido, em relação aos referentes propostos para avaliarmos. No que se refere à programação apresenta dois critérios ou modos: a articulação horizontal é executada a nível de actividades a desenvolver em cada grupo turma e a vertical através da planificação de conteúdos específicos das disciplinas e das estratégias relacionados com as mesmas, não havendo coordenação e diálogo entre os professores coordenadores/representantes dos grupos disciplinares e os professores titulares de turma. Em nossa opinião, se por um lado, esta situação pode ser um

factor de constrangimento, por outro poderá ser um factor que potencie o saber disciplinar e didáctico dos professores das AEC promovendo o seu desenvolvimento profissional.

O Acompanhamento das AEC foi realizado através de reuniões formais e informais entre os vários grupos de professores: entre os professores coordenadores/representantes dos grupos disciplinares e os professores das AEC e entre estes e os professores titulares de turma. Através dos discursos proferidos pelos professores entrevistados, notou-se que nas reuniões, há *indagação* de práticas e contextos, desenho e avaliação de planos de intervenção com o intuito de uma *regulação e negociação* dos comportamentos dos professores das AEC que poderão ser promotores de uma *visão transformadora* das práticas. Nestas reuniões, e segundo testemunho dos professores entrevistados, existe um comprometimento e negociação de decisões permitindo uma avaliação reflectida das actividades realizadas. Também a nível horizontal, esta avaliação é realizada trimestralmente, com o registo da mesma após reflexão em conjunto, com todos os professores que leccionam uma turma.

Por fim, e não a menos importante, o dispositivo educativo – supervisão das AEC -, implementado no Agrupamento necessita de melhoria. Nesse sentido construímos, baseado na legislação e diplomas oficiais e no quadro conceptual no qual nos apoiamos, um quadro matriz de referência que nos poderá permitir, futuramente, fazer uma leitura balizada nos referentes (anexo 2).

Assim, e apoiando-nos nos princípios reguladores das práticas supervisivas, é da nossa opinião que o dispositivo necessita de uma articulação mais reflexiva que permita um desenvolvimento da autonomia de todos os profissionais envolvidos. Outra condição necessária será a dos espaços de decisão por parte do professor das AEC que lhe permita uma atitude crítica em relação aos contextos.

Conclusões

Reforçando aquela que é a nossa convicção mais profunda, concluimos que a referencialização é uma construção colectiva e que tem subjacente a elaboração de um quadro matriz de referência – o referencial de avaliação -, em que os actores são os construtores desse quadro. A utilização de um instrumento construído *à priori* facilita a estruturação de análise dos referenciais.

Durante o nosso trabalho construímos um quadro referencial que nos permitiu avaliar os itens definidos pela legislação e pelo quadro conceptual. Pretendemos dar continuidade a esta construção colectiva envolvendo os actores para que a referencialização consista em justificar e em nomear os critérios que presidirão à avaliação.

Não pretendemos tirar conclusões que nos permitam fazer qualquer tipo de generalização; pensamos que este trabalho poderá fornecer pistas de análise e de reflexão na área de Supervisão da AEC.

No entanto, é nosso intuito realçar aqui a importância das condições e requisitos que emergem duma boa prática de supervisão de professores como profissionais autónomos, intervindo em escolas autónomas, onde se equacionam os problemas, se fazem diagnósticos dos mesmos e se tenta mobilizar os meios e recursos necessários para intervenções de forma continuada em função das necessidades pessoais e da comunidade educativa em geral

Por isso o ponto de chegada que perseguimos é, afinal, o ponto de partida de um novo olhar sobre a realidade que se deseja em constante evolução.

Referências Bibliográficas

ALARCÃO, I. (1981). Supervisão clínica: um conceito e uma prática ao serviço da formação de professores. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XVI, 1981, 151-168.

ALARCÃO, I. (1999). *Um olhar reflexivo sobre a supervisão*. In Moreira, A. et al. (orgs.), *Actas do I Congresso Nacional de Supervisão*. Aveiro: UA.

ALARCÃO, I. (2002). Escola reflexiva e desenvolvimento institucional: quer novas funções supervisivas? In J. Oliveira-Formosinho (org.), *A supervisão na formação de professores I: da sala à escola*. Porto: Porto Editora.

ALARCÃO, I., TAVARES, J. (2003), *Supervisão da Prática Pedagógica, Uma perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. Coimbra. Edições Almedina.

BLANCO, E. & PACHECO, J. A. (1990) *A Problemática de Práticas na Formação Inicial Integrada de Professores*, In *Revista Portuguesa de Educação*, 3 (1), 63-71, Braga: Universidade do Minho.

MARQUES, I., MOREIRA, M.A. e VIEIRA, F. (2001). *Investigação-acção na formação de professores – um projecto de supervisão do estágio integrado e um percurso de formação*. (Actas do VI Congresso Galego-português de psicopedagogia). Braga: Departamento de Metodologias da Educação do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 619-629.

MOREIRA, M.A. (2005). A investigação-acção na formação em supervisão no ensino do Inglês. Braga: CIED.

SÁ-CHAVES, I. (org.) (2005). Os “Portfólios” Reflexivos (Também) Trazem Gente Dentro. Reflexões em torno do seu uso na humanização dos processos educativos. Porto: Porto Editora;

SÁ-CHAVES, I., (2007). *Portfólios reflexivos. Estratégia de formação e de supervisão. Cadernos didácticos / supervisão 1*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Unidade de Investigação didáctica e tecnologia na formação de professores (3ª edição);

TRACY, S. J. (2002). Modelos e abordagens. In J. Oliveira-Formosinho (org.), *A supervisão na formação de professores I: da sala à escola*. Porto: Porto Editora (O modelo desenvolvimentista).

VIEIRA, F. (1999). Supervisão: uma prática reflexiva de formação de professores. Rio Tinto: EdiçõesAsa.

Anexo 1

1.º CICLO

SUPERVISÃO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

ESCOLA :

TURMA :

ANO LECTIVO ____ / ____

PERÍODO

NOTAS DE PREENCHIMENTO:

A presente ficha enquadra-se no disposto no nº32, do Despacho 12591/2006, de 16/6, do ME;

O preenchimento do item “Apoio ao estudo” é da exclusiva responsabilidade do docente titular de turma;

O preenchimento desta ficha é trimestral e elaborada em colaboração com os docentes das diversas actividades desenvolvidas na escola;

Actividades implementadas:

(Coloque um X no(s) quadrado(s) adequados)

Apoio ao estudo

Ensino do Inglês

Actividade Física e Desportiva

Ensino da Música

Expressão Dramática

Expressão Plástica

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Data :

Assinatura dos Intervenientes:

APOIO ESTUDO – PROF.	
ACTIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA - PROF.	
ENSINO DA MÚSICA - PROF.	
ENSINO DO INGLÊS – PROF.	

Programação das actividades

ACTIVIDADES	OBJECTIVOS / ACTIVIDADES / ESTRATÉGIAS
Apoio ao estudo	Objectivos – Actividades – Estratégias –
Actividade Física e Desportiva	Objectivos – Actividades – Estratégias –
Ensino da Música	Objectivos – Actividades – Estratégias –
Ensino do Inglês	Objectivos – Actividades – Estratégias –

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Actividade	N.º Alunos inscritos	Assiduidade Média %	Comportamento Alunos (1 a 5)	Sucesso (1 a 5)
Apoio ao estudo				
Actividade Física e Desportiva				
Ensino da Música				
Ensino do Inglês				

5 – MUITO BOM; 4 – BOM; 3 – SATISFAZ; 2 - NÃO SATISFAZ; 1 – MAU

Observações / Dificuldades

Data : __/__/____

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR			
Supervisão das AEC		Ano lectivo 200 / 200	
Decreto nº 12 591/2006; Despacho nº 14 460/2008			
Decreto Intercalar de Acompanhamento – Comissão de Acompanhamento do Programa			
Plano Interno /Projecto Educativo/ Projecto Curricular de Escola/ Projecto Curricular de Turma			
	Indicadores	Itens	Pistas a investigar
ênica	<ul style="list-style-type: none"> - Os docentes reflectem em conjunto sobre as actividades implementadas com os alunos. - Os professores discutem os conteúdos e as estratégias a implementar. - Os professores reflectem sobre os conteúdos e questionam a sua aplicação aos alunos. - As planificações apresentam uma estrutura adequada. - A programação é adequada a nível da organização espaço-temporal. 		Discurso dos actores
io T/P			Questionário
ncia			Análise das planificações
ção			Registos das aulas
s			
	Indicadores	Itens	Pistas a investigar

ção	- O Agrupamento facilita um espaço de reflexão entre os vários intervenientes. - Nas reuniões são discutidos os conteúdos e a forma de os sequenciar.	Regulamento Interno Discurso dos actores Questionário
ção	- Nas reuniões, os professores responsáveis do Agrupamento proporcionam um espaço de comunicação e de negociação.	Entrevistas Análise das planificações Registos das actas
ção T/P	- Nas reuniões, os actores intervêm de forma democrática, onde são respeitadas todas as opiniões.	
idade	- Nos encontros formais e informais, os temas educativos são discutidos e abordados para que todos reflectam.	

	Indicadores	Itens	Pistas a investigar
idade	- Os professores colocam em comum aspectos relevantes do comportamento dos alunos; - As actividades são realizadas de forma colaborativa com outros actores educativos; - Nos encontros são proporcionados espaços de reflexão referente à avaliação das actividades;	- Os professores expressam as suas opiniões de forma espontânea regulando a sua participação; - Há espaços de partilha de informações relevantes para o processo ensino/aprendizagem que possibilitem a negociação.	Discurso dos actores registos de aulas planificações actas diários na 1ª pessoa